



Maurílio Clarêto/AE

Costa Couto mostra sua satisfação em São Paulo: "As pessoas voltaram a ter esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Orçamento provoca dúvidas

BRASÍLIA — Representantes dos trabalhadores e empresários, na reunião de ontem da comissão técnica do pacto social, não foram convencidos pelos assessores do governo de que haverá aumento real de 45% na receita do Executivo e crescimento de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), em 89. Segundo o economista César Concione, representante dos trabalhadores, esperar um crescimento de receita com esforço adicional da arrecadação é uma previsão perigosa e pode ser uma armadilha para o Congresso Nacional, responsável pela aprovação ou não do orçamento. Os representantes dos empresários preferiram estudar detalhadamente as previsões do orçamento.

César Concione comentou: "Caso o governo não consiga atingir sua meta de elevar em termos reais sua arrecadação em 45%, vai sacrificar compromissos que podem ser adiados,

como, por exemplo, a Unidade de Referência de Preços (URP) dos servidores públicos. O crescimento de 45% da receita está superestimado".

REDUZIR DÉFICIT

O assessor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Antônio Lanzana, espera rediscutir com empresários todos os números e propostas apresentadas pelos técnicos do governo. Uma posição definitiva só será tomada após a reunião do comitê de dirigentes do pacto, na segunda-feira, garantiu Lanzana.

O subchefe do Gabinete Civil e representante do governo na reunião técnica do pacto, Maurício Vasconcelos, acredita que o momento é de uma certa perplexidade por parte de empresários e trabalhadores, pois esta é a primeira vez que o Executivo abre a sua proposta de orçamento. "Não sei se convencemos ou não os outros repre-

sentantes no pacto social, mas há consenso de que é necessária a redução drástica do déficit público."

Durante pouco mais de nove horas de reunião, foram detalhadas as propostas contidas no orçamento para operações oficiais de crédito, corte de subsídios e incentivos, aumento de receita do governo através de arrecadação mais ágil e combate à sonegação de imposto.

Quanto aos cortes de subsídios e incentivos, Maurício Vasconcelos adiantou: "O governo está no seu limite". Cortes adicionais além dos propostos no orçamento enviado ao Congresso Nacional podem causar graves problemas a determinados setores do empresariado, que terão suas encomendas cortadas drasticamente, como o de infra-estrutura, principalmente. "A nossa margem para corte é muito pequena", explicou Vasconcelos.

23 NOV 1988